

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

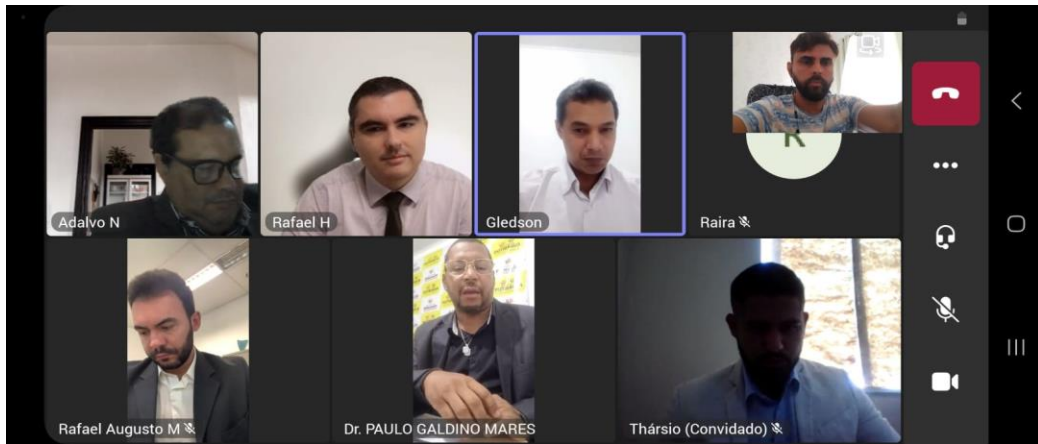
Edição 02 Março-Abril | 2023

Índice

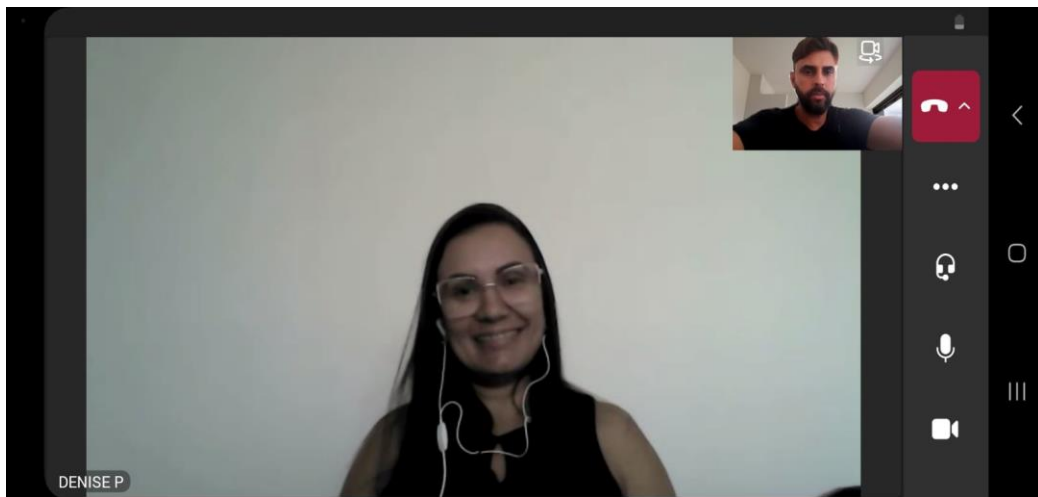
03	Algumas das ações de suporte jurídico e pedagógico
04	MP aciona Brumado na Justiça para garantir monitores escolares
05	MP e Secretaria de Educação discutem cenário educacional no estado
06	Militarização de escolas do DF não melhora desempenho escolar nem diminui violência
07	MP faz recomendação a unidade de ensino que suspendeu merenda escolar para punir alunos
08	MP lança nova versão de projeto de educação inclusiva
09	Formação para novos Analistas: CATIs Regionais
10	MP cria grupo de Trabalho de combate a Violência nas escolas
11	Mais de 30 escolas e unidades de saúde são fiscalizadas na Bahia durante Ação Simultânea do MP
12	Inspeção identifica irregularidades na Escola Estadual Severino Vieira
13	MP apresenta projeto de educação inclusiva a municípios de Ipiaú e Ibirataia
14	MP participa de reunião do Comitê de Segurança nas Escolas
15	MP aciona Município de Serrinha para garantir transporte escolar gratuito para adolescente com deficiência
16	Portaria Interministerial traz mudanças nas estimativas, valores, aplicações e os cronogramas de desembolso das complementações da União ao Fundeb para o exercício de 2023
17	Mais da metade das salas de aula fiscalizadas por Tribunais de Contas em todo o país são inadequadas
18	I Reunião preparatória Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH

Algumas das ações de suporte jurídico e pedagógico

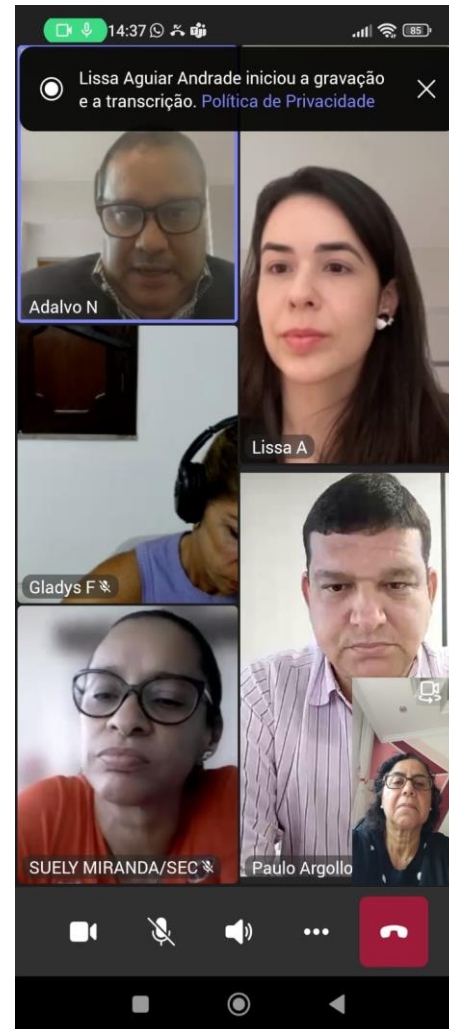
Nos meses de março e abril houve reuniões orientativas com promotorias de justiça e Coordenação de Projetos



Reunião com a PJ Guaratinga



Atendimento pedagógico a CATIS regional Juazeiro



Reunião PJ Ipiaú e SEC BA



Reunião Projeto Educação Inclusiva

MP aciona Brumado na Justiça para garantir monitores escolares



O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Alex Bezerra Bacelar, ajuizou uma ação civil pública contra o Município de Brumado, para assegurar a presença e acompanhamento de monitores escolares para pessoas com deficiência. Na ação ajuizada dia 08/03, o promotor de Justiça pede, em caráter de urgência, que o Município seja obrigado a oferecer, imediatamente e de forma contínua, o profissional de apoio escolar a todos os 226 alunos com necessidades especiais e matriculados no ano de 2022 nas escolas da rede municipal de educação de Brumado, além dos que vierem a matricular-se no ano de 2023. Alex Bacellar deu ainda 30 dias para que o Município apresente um plano de gestão que assegure a oferta dos profissionais, de modo a “evitar qualquer desassistência a alunos com deficiência”, por falta do acompanhamento necessário.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

MP e Secretaria de Educação discutem cenário educacional no estado



O Ministério Público estadual, por meio do promotor de Justiça Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc), se reuniu na manhã do dia 17/03, com a secretária estadual de Educação, Adélia Pinheiro, para discutir os principais desafios do cenário educacional no estado. Na ocasião o promotor de Justiça Adalvo Dourado se colocou à disposição para colaborar em ações propositivas, por meio dos projetos institucionais do MP em Salvador e interior do estado. Em breve, será agendado um novo encontro para apresentação dos projetos de ambos os órgãos. Também participaram da reunião servidores da Secretária Estadual de Educação.



Militarização de escolas do DF não melhora desempenho escolar nem diminui violência

Após quatro anos de implementação da militarização nas escolas públicas do Distrito Federal, especialistas e entidades criticam o modelo e apostam na desaceleração ou fim do projeto. Os índices que permitem avaliar o desempenho dos alunos ainda não foram apresentados e há um aumento nas ocorrências registradas no ambiente escolar das instituições cívico-militares, o que contraria a justificativa utilizada para instaurar a gestão compartilhada.

(...) A "quartelização das escolas" é criticada por diminuir a democracia das instituições de ensino e transformá-las em um ambiente de medo e intimidação. Especialistas evidenciam que, em nome da disciplina, crianças e adolescentes têm a autonomia e o desenvolvimento saudável da identidade comprometidos pela repressão do pensamento crítico.

Fonte: Brasil de fato(Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



MP faz recomendação a unidade de ensino que suspendeu merenda escolar para punir alunos



Denúncias sobre a suspensão da merenda escolar no Centro Territorial de Educação Profissional do Litoral Norte (CETEP/LNAB), em Alagoinhas, levaram o Ministério Público estadual a expedir recomendação ao órgão, orientando que não utilize a suspensão da refeição como forma de punição por comportamento inadequado. Segundo a promotora de Justiça Patrícia Alves Martins, o MP recebeu a informação de que, no dia 9 de março, os alunos tiveram a merenda suspensa por conta do comportamento adotado na fila.

A promotora de Justiça também recomendou ao Núcleo Territorial de Educação (NTE-18) que encaminhe orientação às unidades de ensino estaduais nos municípios de Alagoinhas, Araçás e Aramari para que não adotem a suspensão da merenda como forma de punição por comportamento inadequado de alunos.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

MP lança nova versão de projeto de educação inclusiva



Sensibilizar o Poder Público e a sociedade, capacitar equipes multidisciplinares de inclusão nos municípios e promover nas escolas das redes de ensino públicas e privadas a execução e acompanhamento das ferramentas pedagógicas para uma efetiva educação inclusiva no estado. Esses são os principais objetivos da nova versão do projeto de educação inclusiva que foi lançada no dia 31/03, na sede da Instituição, no CAB. “O MP reafirma sua missão de lutar por uma educação inclusiva. Para além de ser um órgão fiscal, o que se propõe é atuar de modo a induzir políticas públicas”, destacou o promotor de Justiça Adalvo Dourado, coordenador do Centro de Apoio Operacional da Educação do MP (Ceduc), que fez a abertura do evento.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

Formação para novos Analistas: CATIs Regionais



No dia 03 de abril, via Teams, o pedagogo José Sérgio, doutor em educação, conduziu com suporte técnico do CEAf, uma formação realizada para os novos Analistas Técnicos das CATIS Regionais, apresentando o trabalho do CEDUC, mais especificamente, a atuação do pedagógico do CAO, promovendo uma reflexão e discussão dialógica a respeito do trabalho do Analista no suporte técnico na área educacional aos Órgãos da Execução. Segundo o pedagogo José Sérgio a formação permitiu não somente tratar dos trabalhos desenvolvidos pelo CEDUC, da natureza da atuação técnica, mas também ouvir as dúvidas e expectativas dos novos servidores, sinalizando que esse é um novo percurso do MP que está sendo construído a várias mãos, onde cada Analista desenvolverá um papel preponderante nessa construção.

MP cria grupo de Trabalho de combate a Violência nas escolas



A fim de promover ações que garantam um ambiente de paz nas escolas , o Ministério Público formou um Grupo de Trabalho no dia 11/04/2023 com a participação dos coordenadores do CEDUC, CAOCA,CAOCRIM, CAODH,CEACON e CESAU. Na ocasião foram estabelecidos os cumprimentos das formalidades de constituição do GT , indicação de membros, definição de objetivos , prazos e ações, além do fluxo interno de atuação, canal de comunicação com a sociedade e corpo técnico a ser definido para fazer a interface, no sentido de estabelecer e fiscalizar protocolos para prevenção e combate à violência nas escolas.

Mais de 30 escolas e unidades de saúde são fiscalizadas na Bahia durante Ação Simultânea do MP



Quinze escolas e dezessete unidades de saúde foram fiscalizadas pelo Ministério Público estadual no dia 13/04, como parte da Ação Simultânea do Programa “Saúde + Educação: transformando o novo milênio”. Além da capital, os promotores de Justiça visitaram escolas e postos de saúde das cidades de Lauro de Freitas, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Teodoro Sampaio, Simões Filho, Jacobina e Cruz das Almas. Nestas duas últimas cidades foram realizadas revisitas, para identificar quais irregularidades, apontadas em visita anterior, foram corrigidas e quais continuam pendentes.

Nas escolas, as fiscalizações observam as condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço educacional, além da correta destinação da verba pública. Já nas unidades de saúde, são inspecionados os serviços prestados, especialmente, às crianças, idosos e pessoas com transtornos mentais, além das condições de trabalho dos profissionais de saúde.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



Inspeção identifica irregularidades na Escola Estadual Severino Vieira

Inspeção realizada pelo Ministério Público estadual, por meio do programa 'Saúde + Educação: transformando o novo milênio', na Escola Estadual Severino Vieira, em Salvador, constatou irregularidades como insuficiência no número de profissionais que atuam na educação especial e falta de porteiro. A ação ocorreu no dia 13/04, e, segundo a promotora de Justiça Adelina de Cássia Bastos Carvalho, visou o levantamento de informações sobre as necessidades da unidade escolar para o aprimoramento da qualidade do ensino ofertado. A lista com as irregularidades identificadas será encaminhada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia para que sejam adotadas as providências cabíveis, explicou ela.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



MP apresenta projeto de educação inclusiva a municípios de Ipiaú e Ibirataia



Os promotores de Justiça Adriano Marques e Lissa Aguiar apresentaram aos municípios de Ipiaú e Ibirataia, nos dias 18 e 19/04, o projeto 'Educação Inclusiva', desenvolvido pelo Ministério Público estadual para sensibilizar o poder público e a sociedade, capacitar equipes multidisciplinares de inclusão nos municípios e promover, nas escolas das redes de ensino públicas e privadas, a execução e acompanhamento das ferramentas pedagógicas para uma educação inclusiva na Bahia.

A prefeita de Ipiaú, Maria das Graças Mendonça, e o vice-prefeito de Ibirataia, Juca Muniza, participaram das reuniões em que se comprometeram a seguir o passo a passo do projeto. Eles receberão do MP uma proposta de Termo de Adesão ao Projeto Educação Inclusiva.



MP participa de reunião do Comitê de Segurança nas Escolas



O Ministério Público estadual participou, dia 20/04, de reunião do Comitê Estadual Intersectorial de Segurança nas Escolas e nos Espaços Educacionais da Bahia (Cise), realizada na Secretaria estadual de Educação (SEC). O coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação (Ceduc), promotor de Justiça Adalvo Dourado, falou sobre a atuação do MP e informou sobre nota técnica elaborada pelo Grupo de Trabalho de enfrentamento à violência no ambiente escolar, que traz subsídios e orientações técnicas para a atuação dos promotores de Justiça. A reunião foi conduzida pela secretária de Educação Adélia Pinheiro, que preside o Comitê. Também participaram o secretário de Segurança Pública Marcelo Werner e representantes das demais instituições que compõem o CISE.

Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

MP aciona Município de Serrinha para garantir transporte escolar gratuito para adolescente com deficiência

O Ministério Público estadual ajuizou ação civil pública contra o Município de Serrinha requerendo, em caráter liminar, que a administração municipal forneça imediatamente transporte escolar integral gratuito e de forma contínua a adolescente com deficiência na cidade. Na ação, ajuizada pela Promotoria de Justiça da comarca de Serrinha, consta que o adolescente de 13 anos é portador de retardo mental moderado e, em razão de seu diagnóstico, apresenta déficit cognitivo e, portanto, não se adaptou ao colégio mais próximo da sua residência, situada no povoado Malhada do Alto, na zona rural do Município.



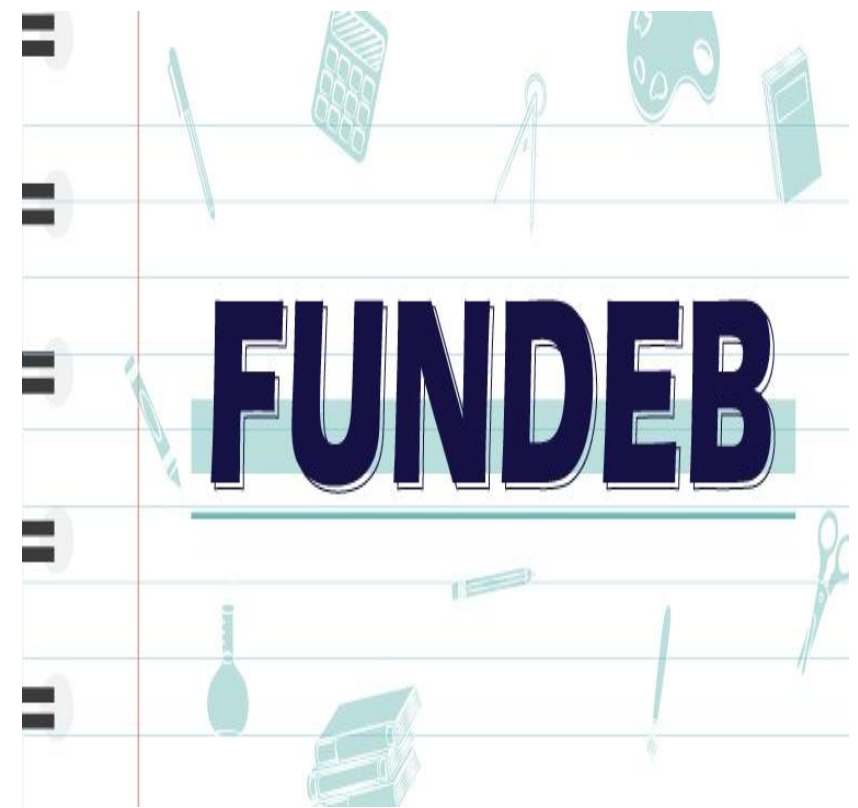
Fonte: Imprensa MPBA (Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

Portaria Interministerial traz mudanças nas estimativas, valores, aplicações e os cronogramas de desembolso das complementações da União ao Fundeb para o exercício de 2023

O Diário Oficial da União de 26/04, tornou pública a Portaria Interministerial Nº 2, de 19 de abril de 2023 que altera Portaria Interministerial MEC/ME nº 7, de 29 de dezembro de 2022, que estabelece as estimativas, os valores, as aplicações e os cronogramas de desembolso das complementações da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), para o exercício de 2023, nas modalidades Valor Anual por Aluno (VAAF), Valor Anual Total por Aluno (VAAT) e Valor Anual por Aluno decorrente da complementação VAAR.

A nova portaria traz mudanças no artigo 2º e determina que "O VAAF-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2023 no âmbito do Fundeb, estimado na forma do inciso IV do art. 1º, fica estabelecido em R\$ 5.209,92 (cinco mil, duzentos e nove reais e noventa e dois centavos)".

Fonte: UNDIME(Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



Mais da metade das salas de aula fiscalizadas por Tribunais de Contas em todo o país são inadequadas



Fiscalização-surpresa inédita realizada pelos 32 Tribunais de Contas brasileiros revela que 57% das salas de aula visitadas nos últimos três dias, em todos os Estados, são inadequadas. Janelas, ventiladores e móveis quebrados e iluminação e ventilação insuficientes estão entre os principais problemas encontrados.

Em 20% dos estabelecimentos de ensino, ainda foram detectadas falhas na limpeza e higienização das dependências escolares. Em 31%, não há coleta de esgoto e em, 89%, não existe AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) válido. O documento atesta o cumprimento das regras de combate a incêndios. A situação é ainda mais grave porque muitas unidades também não dispõem de equipamentos como hidrantes (86%) e extintores (44%).

Fonte: ATRICON(Texto adaptado) [Leia na íntegra](#)

I REUNIÃO PREPARATÓRIA GRUPO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS –GNDH

VITÓRIA-ES 28 DE ABRIL DE 2023



Com a presença da Procuradora Geral de Justiça de Justiça do MPES e Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH, Dra Luciana Andrade, foi realizada a I Reunião Preparatória Grupo Nacional de Direitos Humanos-GNDH, integrou o evento a palestra “Planejamento – Resultados e Aprendizados” ministrada pelo Sr. Fabrício Ferraz Pego, Servidor do MPES – UPP-AGE.

Na ocasião houve a reunião simultânea das Comissões Permanentes que integram o GNDH onde foram elaborados o plano de atuação anual da Comissão Permanente e a pauta para II Reunião Ordinária do GNDH, nesse sentido foram deliberados os encaminhamentos a partir das discussões estabelecidas.

Expediente

Procuradora Geral de Justiça
Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti

CEDUC
Coordenador
Adalvo Nunes Dourado Júnior

Equipe
Cristiane Moreira Araújo
Elizabeth Alves Silva Ferreira
Iracema dos Santos Lemos
José Carlos Santana de Oliveira
José Sergio Gomes da Silva
Patricia Souza Gomes A. de Oliveira
Rafael Augusto Mansur Góes

Organização e Produção do Boletim
Patricia Souza Gomes Alves de Oliveira
José Sérgio Gomes da Silva
Iracema dos Santos Lemos

✉ Ceduc@mpba.mp.br
☎ 3103-0385
☎ 3103-0387
☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
Clique aqui

Índice

